



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARIA ELAINE DE BARROS

**A RELAÇÃO DO CUIDAR E EDUCAR NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA AUXILIAR
DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE RECIFE-PE.**

RECIFE

2021

MARIA ELAINE DE BARROS

**A RELAÇÃO DO CUIDAR E EDUCAR NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA AUXILIAR
DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE RECIFE-PE.**

Monografia apresentada ao curso de licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito para obtenção de título de licenciada em Pedagogia, orientada pela Prof.^a Dr.^a Maria Jaqueline P. Carvalho.

RECIFE

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA ELAINE DE BARROS

**A RELAÇÃO DO CUIDAR E EDUCAR NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA AUXILIAR
DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE RECIFE-PE.**

Data da Defesa: 25/Fevereiro/2021

Horário: 16 horas

Local: Sala _____ - UFRPE

Banca Examinadora:

Maria Jaqueline Paes de Carvalho
Prof. Orientador(a)

Fabiana Cristina da Silva
Prof.^a Examinador(a) Interno(a)

Célia Maria Santos
Prof. Examinador(a) Externo(a)

Resultado: Aprovado/a

Reprovado/a

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B277r

Barros, Maria Elaine de

A relação do cuidar e educar na prática pedagógica da auxiliar de desenvolvimento infantil na rede municipal de Recife-PE / Maria Elaine de Barros. - 2021.
42 f.

Orientadora: Maria Jaqueline Paes de Carvalho.
Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em Pedagogia, Recife, 2021.

1. ADI. 2. Prática pedagógica. 3. Cuidar e educar. I. Carvalho, Maria Jaqueline Paes de, orient. II. Título

CDD 370

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, por todo apoio e incentivo durante toda minha vida.

Ao meu companheiro, Hebert, pela parceria, pelas caronas diárias para a Universidade e para o trabalho, permitindo que eu pudesse conciliar ambos, e por ter sido o maior incentivador no meu retorno aos estudos.

À minha irmã, Eveline, por sempre estar ao meu lado.

À minha orientadora, Professora Jaqueline, por todo incentivo e auxílio na construção deste trabalho.

À minha amiga, Karina, pela amizade e parceria durante o curso de Pedagogia.

E a todos os professores do curso de Pedagogia da UFRPE que contribuíram com minha formação docente.

RESUMO

Esta monografia teve como objetivo compreender os aspectos pedagógicos do trabalho do Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI) em uma instituição municipal de Recife – PE. Os principais autores que fundamentaram a pesquisa foram Azevedo (2013), Carvalho (2019) e Souza (2012). O problema de pesquisa buscou compreender quais os aspectos pedagógicos inseridos na prática da ADI. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, cuja coleta de dados ocorreu mediante observação participante. A técnica empregada na análise dos dados foi a análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Através da análise dos dados obtidos, constatou-se que o aspecto pedagógico do trabalho do ADI está relacionado à indissociabilidade entre cuidar e educar na educação infantil, demandando que as atividades de cuidado estejam sempre relacionadas com o ato educativo. Constatou-se também que a ADI e a professora da turma mantiveram uma relação de complementaridade do trabalho em sala, na qual as atividades de cuidado eram integradas às atividades educativas, demonstrando uma compreensão da concepção do princípio da indissociabilidade entre cuidar e educar na educação infantil.

Palavras-chave: ADI. Prática pedagógica. Cuidar e educar.

ABSTRACT

The purpose of the present undergraduate thesis was to know of pedagogical aspects developed by teacher assistant at an early childhood school of municipal basic education in Recife PE. The main authors who supported the research were Azevedo (2013), Carvalho (2019) and Souza (2012). Thus, this study was aimed to understand the dichotomy the principles educating and caring on professional skills of the teacher assistant. The research is characterized as a study case, following the qualitative framework and the participant watching technique were used such as instruments to the data collecting. Findings reveal that educating and caring pedagogical aspects are factors inseparable in the teacher assistant's work and therefore their aspects should be carried together on education act. Additionally, we now highlight that both the teacher assistant and teacher doing your jobs in an integrated and complementary manner, thereby it shows that each one has the knowledge how education and care are intrinsically related to your own roles.

Keywords: ADI. Pedagogical practice. Caring and educating.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
DGE	Diretoria Geral de Ensino
DGPE	Diretoria Geral de Programas Especiais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
RBE	Revista Brasileira de Educação
RBEP	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO
ABSTRACT
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I: TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, CUIDAR, EDUCAR E PRÁTICA PEDAGÓGICA	12
1.1- Cuidar e educar: história e legislação.....	12
1.2- Educação infantil na cidade do Recife	16
1.3- Os auxiliares de desenvolvimento infantil: o caso de Recife-PE.....	18
1.4- Reflexões sobre prática pedagógica.....	19
CAPÍTULO II: PERCURSO METODOLÓGICO.....	22
2.1- Universo pesquisado.....	22
2.2- Instrumentos e meios de coletas de dados.....	23
2.3- Sujeitos da pesquisa.....	23
2.4- Metodologia de análise.....	24
CAPÍTULO III: DIALOGANDO SOBRE OS RESULTADOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA ADI	25
3.1- Rotina vivenciada na creche.....	25
3.2- A ação do cuidar e educar na rotina da ADI.....	26
3.3- Relação ADI – professora.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	37
APÊNDICES	40
Apêndice A – Roteiro de observação.....	40
ANEXOS.....	41
Anexo A – Termo de consentimento livre esclarecido.....	41

INTRODUÇÃO

A educação para crianças de 0-5 anos nem sempre teve destaque como etapa da educação formal, sobretudo no âmbito educacional. Surgiu com uma função de assistência social, que buscava suprir as necessidades fisiológicas das crianças e de ocupar, em alguns aspectos, o lugar da família.

Segundo Azevedo (2013), as creches surgiram no Brasil com esta finalidade assistencialista: proteger as crianças, cuidar da sua higiene pessoal, combater a desnutrição. A partir deste modelo é que se inicia o atendimento as crianças pequenas, voltado para os cuidados, sem caráter pedagógico.

A educação infantil passou por muitas mudanças ao longo do tempo e, hoje, está no cerne das discussões educacionais. Porém, os resquícios desta visão assistencialista ainda existem, persistindo uma dicotomia na relação cuidar e educar. O atendimento à criança pequena tornou-se objeto de análises e críticas, buscando encontrar uma maneira de atendimento que acolha as necessidades desta etapa da educação (AZEVEDO, 2013).

A escolha do tema desse estudo surgiu através da prática profissional da autora deste trabalho, como Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI) em uma creche municipal de Recife-PE, cargo de nível médio e sem exigência de formação específica. Este cargo não é reconhecido como educacional, apesar deste profissional realizar atividades pedagógicas e auxiliar os professores na realização das atividades do cotidiano das instituições de educação infantil, que atendem crianças de 0 a 3 anos, na cidade do Recife.

A dissociação entre cuidar e educar nas creches e a separação das atribuições dos profissionais que atuam nestas instituições traziam inquietação à autora e, ao iniciar o curso de Pedagogia, o interesse pelo assunto aumentou, fomentando grande relevância para a perspectiva acadêmica e para sua prática profissional.

Dessa forma a temática deste trabalho mostra-se relevante para auxiliares e professores que atuam na educação infantil, como também, estudantes de pedagogia, pois as creches e pré-escolas são lugares que promovem o desenvolvimento infantil através do cuidar e educar, buscando o desenvolvimento integral das crianças. No entanto, muitas vezes, as atividades relacionadas ao cuidado acabam sendo deixadas em segundo plano, desvinculadas das ações

educativas. E, por essa razão, a atuação dos auxiliares de creche impacta diretamente na qualidade do atendimento educacional dessas instituições de ensino. Por isso, o reconhecimento do seu trabalho como educacional e uma formação adequada às atividades que realiza, tornam-se relevantes demandas sociais.

Nesse sentido buscamos identificar como e se as pesquisas acadêmicas tratam da temática, a saber: a relação do auxiliar do desenvolvimento infantil e o cuidar e educar. Para tanto realizamos uma pesquisa, tipo estado do conhecimento, cuja metodologia consistiu em mapear, nas plataformas digitais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), da Revista Brasileira de Educação (RBE) e da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), nos anos 2015 a 2019, utilizando os descritores ADI; cuidar e educar e creche. Foram encontrados cinco trabalhos sobre creche, mas, ao ler o resumo dos trabalhos, nenhum deles tratava do auxiliar do desenvolvimento infantil, nem do cuidar e educar.

Isto evidencia que, apesar de nos anos 2000 o tema cuidar e educar estivesse no centro das discussões de Educação Infantil e Creche, nos últimos anos o assunto foi um pouco esquecido, deixando de figurar nestas importantes plataformas de estudos educacionais. Já em relação aos ADIs, apesar do cargo ter sido criado há mais de dez anos¹, não há registros, nas plataformas analisadas, de publicações relevantes sobre este importante profissional que atua nas creches, nem sobre sua prática pedagógica.

Para referendar ainda mais a temática, buscamos pesquisas publicadas nas universidades de PE, com o intuito de verificar se haveria estudos que se relacionassem especificamente ao trabalho realizado em Recife, pois essa rede de ensino tornou-se *lócus* de pesquisa para muitos trabalhos acadêmicos. Ao consultar o Repositório da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) utilizando o descritor ADI, foi encontrada a dissertação de mestrado de Santiago (2020), com o título de *Educação infantil: representações sociais e práticas de Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADIs) da rede municipal do Recife*, tendo como objetivo identificar as representações sociais de educação infantil construídas pelos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADIs) e suas relações com as práticas desenvolvidas por esses profissionais em instituições públicas municipais do Recife.

¹ Período referente à criação do cargo de ADI na cidade do Recife.

No Repositório da Universidade Aberta do Brasil foi encontrada a dissertação de mestrado de Campêlo (2016), com o título de *O papel do auxiliar de desenvolvimento infantil da Secretaria de Educação do Recife: das normativas do cargo a prática profissional*, cujo objetivo é identificar as relações entre o pré-requisito exigido para o cargo, as atribuições conferidas à função e a prática profissional do ADI.

Esses achados acadêmicos nos mostram que a academia tem se debruçado sobre a temática do ADI, buscando formas de visibilizar a importância do trabalho realizado por esses profissionais nas creches municipais do Recife, e considerando que o tema ainda é pouco pesquisado, emergiu a necessidade de contribuir para essa demanda pesquisando a prática pedagógica destes profissionais.

Neste contexto, trazemos o problema de pesquisa: Quais os aspectos pedagógicos inseridos na prática dos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil em instituições que atendem crianças de 0-3 anos?

Temos como **objetivo geral** compreender os aspectos pedagógicos do trabalho da Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI) em uma instituição municipal de Recife – PE. E como **objetivos específicos**: Construir o perfil da ADI na creche estudada; Identificar a rotina vivida por essa profissional na relação com as crianças e a professora regente da sala.

Esta monografia está organizada em três capítulos: O primeiro trata da fundamentação teórica que respalda o estudo com as temáticas: Educação infantil: cuidar, educar e prática pedagógica; O segundo capítulo assinala o percurso metodológico vivido na pesquisa; E o terceiro, apresenta a análise dos dados coletados na pesquisa e a discussão dos mesmos, evidenciando a prática pedagógica do ADI.

CAPÍTULO I: TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, CUIDAR, EDUCAR E PRÁTICA PEDAGÓGICA

Neste capítulo são apresentadas discussões teóricas sobre cuidar e educar na educação infantil, destacando o histórico da educação infantil na cidade do Recife, os Auxiliares de Desenvolvimento Infantil e a prática pedagógica.

1.1- Cuidar e educar: histórico e legislação

De acordo com Azevedo (2007), no Brasil, o surgimento das creches data do fim do século XIX. Estas instituições nascem com finalidade assistencialista, especialmente para guardar as crianças pobres, cuidar da higiene, combater a desnutrição e formar hábitos morais nas famílias. Denotando em seu surgimento, um forte caráter filantrópico-assistencialista. Como reforça Azevedo (2013): “as instituições de atendimento infantil foram surgindo na perspectiva de atendimento aos pobres. Tinha caráter de guarda e preocupavam-se apenas com alimentação, a higiene e a segurança física das crianças” (p.59).

Para Azevedo (2013), a história do atendimento às crianças brasileiras pode ser dividida em três grandes momentos. O primeiro refere-se desde a chegada dos portugueses até a década de 1930, quando há o início de uma gradativa valorização da infância e o reconhecimento de que é necessário atender às crianças. O segundo momento trata da fase 1930 – 1980, com a concretização de trabalhos de assistência social e educacional à infância e o terceiro momento, que inicia em 1980, durando até os dias atuais, evidenciando importantes avanços legais, com significativas reformas educacionais.

Nesse texto, será explanado, especialmente, sobre a terceira fase desse atendimento, uma vez que se constitui o contexto social do tema que ora é tratado. Na década de 1980, a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi garantido, pela primeira vez na história educacional do país, o direito das crianças de 0 a 6 anos frequentarem creches e pré-escolas. “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988).

Na década de 90, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as creches e pré-escolas foram incorporadas aos sistemas de ensino como primeira etapa da educação básica:

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré – escolas para crianças de quatro a seis anos de idade (BRASIL, 1996).

Vale salientar que, posteriormente, o recorte etário estipulado para a educação infantil foi modificado pela Lei nº 12.796, de 2013, passando a ser até cinco anos. A partir dos seis anos, as crianças deverão estar matriculadas no primeiro ano do ensino fundamental.

Art. 30 A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (BRASIL, 2013).

Para Tiriba (2005), a incorporação das creches e pré-escolas aos sistemas de ensino tornou necessário integrar as atividades de cuidado, realizadas nas creches, com as atividades especificamente pedagógicas, desenvolvidas nas pré-escolas. Segundo definição da LDB (1996), as creches atendem crianças de 0 a 3 anos de idade, enquanto as pré-escolas são destinadas às de 4 a 5 anos.

Segundo Montenegro (2005), a trajetória da educação infantil no Brasil, principalmente das creches, é marcada pela tensão entre assistência e educação, e constitui uma das origens da dissociação entre cuidado e educação observada atualmente nas creches e pré-escolas.

Quando comparadas com os demais níveis de ensino que têm como função principal a escolarização, as instituições de educação infantil apresentam singularidade. As crianças atendidas por essas instituições têm necessidades específicas de cuidado, cabendo aos educadores propiciarem situações que proporcionem o desenvolvimento pleno, que engloba todas as áreas do

desenvolvimento infantil. Para isto, as instituições de Educação Infantil precisam conciliar as funções de educar com as de cuidado (LUZ, 2008).

O trabalho com crianças de zero a cinco anos requer o cuidado e a educação como práticas cotidianas. O ser humano, em sua fase inicial de vida, requer cuidados essenciais para sua sobrevivência, como alimentação, vestuário, saúde, necessitando da interferência do adulto para a realização destes cuidados. As atividades ligadas ao cuidar são muito importantes, portanto não devem ser desvinculadas do processo de desenvolvimento infantil. De acordo com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC):

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (BRASIL, 2017, p. 36).

Parece-nos que a compreensão de que as ações de cuidar/educar estão intimamente relacionadas, do ponto de vista legal, não é suficiente para se superar a dicotomia historicamente construída entre esses dois processos, apesar de na última década,

a discussão sobre a necessidade de integrar cuidado e educação na Educação Infantil tem sido feita exaustivamente, tanto na literatura da área quanto em fóruns nacionais de debates sobre educação. No entanto, os vários trabalhos referidos nesses estudos e fóruns apontam que ainda não conseguimos resolver o problema da separação cuidar-educar (AZEVEDO, 2007, p. 161).

Esta dicotomia parece permanecer no atendimento infantil, quando são criados dois tipos de profissionais que atuam na educação das crianças nas creches. Um profissional com atribuições de “cuidar”, o auxiliar, e outro com atribuições “pedagógicas”, o professor.

Um exemplo importante dessa problemática é a relação que se estabelece entre o professor e o auxiliar. Ambos estão na sala, atendem o grupo de crianças e suas famílias, porém há grande diferenciação salarial nas funções, no horário de trabalho e no tipo de atividades realizadas. Uns educam e outros cuidam das crianças, rompendo, de modo inaceitável, a articulação educar e cuidar. Além disso, essa dissociação acaba sugerindo a vinculação entre menor formação e as ações relativas ao corpo e maior formação e as tarefas dirigidas à mente, o que se coloca em completo antagonismo com as afirmações dos documentos legais e acadêmicos (BRASIL, 2009, p. 35 e 36).

Desta forma, para contemplar o cuidado na educação infantil, é necessário ter a compreensão de que ele é parte integrante desta etapa da educação básica. No ensino infantil, educação e cuidado estão imbricados e são complementares, não ocupam posições antagônicas.

Os cuidados pessoais relativos à alimentação e higiene integram as relações estabelecidas com as crianças nas instituições de educação infantil. De acordo com Carvalho:

essas relações abrangem o modo como as crianças se relacionam com elas mesmas, com as outras, com os adultos, com o espaço ao redor e com as atividades cotidianas. Cuidar é muito mais do que apenas oferecer alimentação e banho, trata-se de uma ação que integra vários campos de conhecimentos e demanda, de todos os profissionais envolvidos no trato, atitudes que viabilizem as interações para o desenvolvimento emocional, cultural e social (2019, p. 277)

Diferente do ambiente doméstico, o momento de alimentação em uma instituição de educação infantil não se trata apenas do ato de se alimentar isoladamente, mas uma construção de um grupo. Mais do que uma necessidade fisiológica, é um momento de socialização (CARVALHO, 2019).

As atividades de higiene são mobilizadoras, como incentivo ao autocuidado com seu corpo, cuidado do adulto para com a criança, para a construção da autonomia dela. Tais ações não são voltadas apenas para as necessidades físicas, mas sim para integrar as crianças ao seu cotidiano (CARVALHO, 2019).

Assim,

a hora do banho, do sono ou da alimentação podem se converter em situações de intensas aprendizagens para a criança, entendendo,

como já explicitamos, situações de aprendizagem como as diversas oportunidades de compartilhamento e ampliação de saberes e, conseqüentemente, de constituição cultural da criança. Nessas situações interativas com adultos e outras crianças acontece a conquista da autonomia, da construção da identidade, das manifestações corporais e expressivas da criança, da ludicidade, entre outras coisas que fundamentam a pedagogia da educação infantil (BRASIL, 2009, p. 95).

Se a educação infantil necessita de uma visão integrada, é mister repensar a formação dos profissionais que nela atuam, visando um profissional que entenda essa indissociabilidade. Portanto, a educação infantil necessita de pessoas com formação específica, que vislumbre uma prática com base na concepção integrada de desenvolvimento infantil, que não hierarquize atividades e não segmente responsabilidades profissionais diferentes.

Pois, o que se busca é a superação dessa dissociação entre cuidar e educar nas creches e nas instituições de educação infantil, através de um trabalho pedagógico que compreenda cuidar e educar como práticas integradas no atendimento à criança, e que perceba o ADI como um profissional que também possui e realiza atribuições pedagógicas.

1.2- Educação infantil na cidade do Recife

O histórico da educação infantil em Recife não foi diferente da trajetória nacional. O atendimento às crianças que não possuíam boas condições socioeconômicas era realizado por instituições filantrópicas e comunitárias, apresentando caráter assistencialista. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação,

no Recife, o atendimento às crianças cresceu a partir da década de setenta através da rede pública de creches vinculadas a órgãos de bem-estar e ação social, fruto da mobilização de mulheres, sindicatos e movimentos comunitários em favor do direito das/os trabalhadoras/es a este serviço (RECIFE, 2004, p. 26).

Durante a década de 1980, a cidade do Recife começa a reconhecer o direito das crianças a uma educação em creches e pré-escolas e, gradativamente, se

organiza para efetivar a inclusão das creches no sistema educacional do município. Assim,

no período de 1993 a 1996, as creches municipais são desligadas da Secretaria de Ação Social e incorporadas à Secretaria de Educação. A princípio, são integradas à Diretoria Geral de Programas Especiais (DGPE) e mais adiante à Diretoria Geral de Ensino (DGE), respeitando-se as especificidades das unidades comunitárias e conveniadas com o poder municipal (RECIFE, 2015, p. 21 e 22).

Durante a década de 90, vai-se ampliando a ideia da creche como espaço educativo e várias ações são realizadas como, por exemplo, a inserção de professores(as) no berçário, fato pioneiro nas creches públicas do Brasil, e professores(as) – animadores(as) culturais no turno vespertino destas instituições. As creches deixam as experiências mais voltadas para os cuidados e se constituem em locais de aprendizagens significativas por intermédio de vivências lúdicas (RECIFE, 2015).

Com o objetivo de sair da visão assistencialista na educação infantil, a Secretaria de Educação implementou ações que buscavam afirmar a creche como espaço pedagógico “numa atuação administrativa, política e pedagógica, em permanente articulação com a Diretoria Geral de Ensino (DGE), respeitando as especificidades do atendimento educacional às crianças pequenas” (RECIFE, 2004, p. 26).

Para se adequar ao que a LDB orientava sobre o atendimento da educação infantil, houve uma reorganização quanto à faixa etária atendida nas creches municipais de Recife, “as crianças de 4 a 6² anos tiveram suas matrículas asseguradas nas escolas da rede e as matrículas nas creches foram abertas para atender as crianças de 0 a 3 anos” (RECIFE, 2004, p. 28).

Durante a década dos anos 2000, houve a criação dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), e ampliação do quadro de profissionais que atuam na educação infantil com a criação do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI) (RECIFE, 2015), para substituir os profissionais que auxiliavam os professores nas creches, mas não ocupavam cargos efetivos.

Estes profissionais geralmente pertenciam à comunidade em que a creche estava inserida, sendo incorporados à Secretaria de Educação na função de auxiliar

² Posteriormente, o recorte etário estipulado para a educação infantil foi modificado pela Lei nº 12.796, de 2013, passando a ser até cinco anos.

de serviços gerais. Alguns deles tinham sido funcionários da extinta Cruzada de Ação Social³, e foram recontratados quando a prefeitura assumiu a gestão das creches que esta instituição possuía (CAMPÊLO, 2016).

1.3- Os auxiliares de desenvolvimento infantil: o caso de Recife-PE

Em dezembro de 2005, o prefeito do Recife, João Paulo Lima e Silva, sancionou a lei nº 17.161/2005 que criou cargos efetivos no âmbito da administração direta para atuação na rede de ensino público do município do Recife. Nesta lei, foi instituído o cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI), para atuarem junto ao Grupo Ocupacional do Magistério.

No anexo único da lei, constam as atribuições do cargo de auxiliar de desenvolvimento infantil (RECIFE, 2005):

Atuar junto às crianças nas diversas fases de Educação Infantil, auxiliando o professor no processo ensino-aprendizagem;
Auxiliar as crianças na execução de atividades pedagógicas e recreativas diárias;
Cuidar da higiene, alimentação, repouso e bem estar das crianças;
Auxiliar o professor na construção de atitudes e valores significativos para o processo educativo das crianças;
Planejar junto com o professor regente, atividades pedagógicas próprias para cada grupo infantil;
Auxiliar o professor no processo de observação e registro das aprendizagens e desenvolvimento das crianças;
Auxiliar o professor na construção de material didático, bem como na organização e manutenção deste material;
Responsabilizar-se pela recepção e entrega das crianças junto às famílias, mantendo um diálogo constante entre família e creche;
Acompanhar as crianças, junto às professoras e demais funcionários em aulas - passeio programadas pela creche;
Participar de capacitações de formação continuada.

Na descrição das atribuições do cargo, nota-se claramente seu caráter educativo: auxiliar o professor no processo ensino-aprendizagem; planejar, com o professor regente, atividades pedagógicas; auxiliar as crianças na execução de atividades pedagógicas e lúdicas diárias, entre outras. Este caráter educativo das funções do auxiliar de desenvolvimento infantil é ratificado pelo requisito necessário para o provimento do cargo: Magistério completo (RECIFE, 2005).

³ A Cruzada de Ação Social foi um órgão de apoio às ações sociais do Governo do Estado de PE.

Porém, em maio de 2006, foi sancionada a lei nº 17.203/2006 alterando a lei nº 17.161, de 28 de dezembro de 2005, para modificar os requisitos para investidura no cargo de auxiliar de desenvolvimento infantil. “O Ensino Médio completo é requisito necessário para acesso ao cargo efetivo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil previsto na Lei nº 17.161, de 28 de dezembro de 2005” (RECIFE, 2006). Desta forma, quando o primeiro concurso para o ingresso destes profissionais na rede municipal de Recife foi realizado, a formação exigida não era mais o magistério, passando a ser o ensino médio completo.

Tal mudança parece evidenciar uma negação do perfil necessário dos profissionais da educação infantil para o atendimento ao público de crianças de 0-5 anos.

Assim, a prefeitura do Recife criou mais um cargo administrativo, o de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, através da Lei municipal nº 17.161, cujo pré-requisito para investidura é o Nível Médio. Contraditoriamente, esse profissional atua na sala de aula junto ao professor, participa do planejamento e execução das atividades pedagógicas e assume todos os cuidados diretos com a saúde, alimentação e higiene das crianças. Estas atividades compreendem habilidades que requerem conhecimentos sobre o desenvolvimento da criança em diferentes aspectos.

Dessa forma, a prática diária de cuidar e educar que os ADI's desenvolvem trata-se de uma função pedagógica, não administrativa. Além disto, de acordo com a legislação, estes profissionais necessitam ter uma formação adequada para atuarem nas instituições de Educação Infantil.

A seguir, trataremos do estudo da prática pedagógica questão fundamental para a compreensão dos elementos que atuam na formação dos sujeitos relacionados ao processo educativo. Em sua dimensão total, a prática pedagógica não se restringe à educação escolar, ela está presente na construção social humana (LIRA, SILVA e SANTIAGO, 2015).

1.4- Reflexões sobre prática pedagógica

De acordo com Souza (2012), a educação escolar se caracteriza por sua intencionalidade, refletida na prática pedagógica assumida coletivamente, e permeadas por afetos próprios ao cotidiano escolar. Prática pedagógica são

processos educativos em realização, historicamente situados no interior de uma determinada cultura, organizados, de forma intencional, por instituições socialmente para isso designadas implicando práticas de todos e de cada um de seus sujeitos na construção do conhecimento necessário á atuação social, técnica e tecnológica (SOUZA, 2012, p. 28).

Uma atividade educativa constituirá uma prática pedagógica quando sua realização for dotada de intencionalidades. Será prática pedagógica quando incorporar a reflexão contínua e coletiva, assegurando que a intencionalidade proposta é disponibilizada a todos; à medida que buscar a construção de práticas que garantam a realização dos encaminhamentos propostos pelas intencionalidades. Assim, uma prática pedagógica, em seu sentido de práxis, caracteriza-se como uma ação consciente e participativa, que surge das múltiplas dimensões que envolvem o ato educativo (FRANCO, 2016).

Para Franco (2016), o conceito de prática educativa se aproxima da concepção de Sacristán (1999 apud FRANCO, 2016) de que ela é algo mais do que expressão do ofício dos professores, pois é algo que não lhes pertence por inteiro, uma vez que há traços culturais compartilhados que formam o que pode ser designado por subjetividades pedagógicas.

Em seu contexto amplo, a prática pedagógica escolar é compreendida pelas ações dos sujeitos inseridos da instituição educacional, não sendo restritas à sala de aula, mas a todas as ações desenvolvidas dentro do ambiente educativo como um todo (SOUZA, 2012).

Para Veiga (1989, p. 16) a prática pedagógica é “uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, inserida no contexto da prática social”. Ela é uma dimensão da prática social. Dessa forma, as práticas pedagógicas são práticas que se organizam para concretizar determinados objetivos educacionais, repletas de intencionalidades, que dirigem e dão sentido à ação, solicitando uma intervenção planejada para a transformação da realidade social.

Na Educação Infantil, a prática pedagógica se materializa nas atividades realizadas na rotina das instituições de ensino que atendem a esta etapa da educação básica. Conforme Barbosa (2006, p. 35), “as denominações dadas à rotina são diversas: horário, emprego do tempo, sequência de ações, trabalho dos adultos e das crianças, plano diário, rotina diária, jornada, etc.”.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), a rotina é “considerada como um instrumento de dinamização da aprendizagem, facilitador das percepções infantis sobre o tempo e o espaço” (BRASIL, 1998, p. 73). Além disto, a rotina também representa a estrutura na qual o tempo didático será organizado, ou seja, a organização do tempo do trabalho educativo realizado com as crianças, e deve envolver as atividades de cuidados, brincadeiras e as situações de aprendizagens orientadas (BRASIL, 1998).

Vale salientar que a brincadeira, atividade que a criança desempenha para aprender sobre o mundo (KISHIMOTO, 2008), possui grande importância para o desenvolvimento infantil e é essencial à rotina das instituições de Educação Infantil.

No decorrer deste capítulo, pode-se perceber que a Educação Infantil passou por grandes transformações ao longo de sua história, desde suas concepções até os profissionais que nela atuam. Mas, ainda se faz necessário que esta temática continue sendo estudada para que o atendimento às crianças, principalmente nas creches, efetive seu desenvolvimento integral.

CAPÍTULO II: PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa, que resultou nesse trabalho, possui caráter qualitativo e, de acordo com Lüdke e André (1986, p.13), a pesquisa qualitativa “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”. Assim como responde a questões particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Desta forma, ela trabalha com o acervo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à instrumentalização de variáveis (MINAYO, 2001).

De acordo com esta perspectiva, foi realizada uma investigação empírica que permite o estudo de um fenômeno através do seu contexto (YIN, 2005). E no tocante às fontes de informação, foi desenvolvida uma pesquisa de campo, que de acordo com Santos (2001, p. 30 e 31), “é a que recolhe os dados in natura, como percebidos pelo pesquisador”.

Foram realizadas 10 (dez) observações, somando um total de 50 horas, em uma turma com crianças de três anos, no período de 06 a 21 de fevereiro de 2020.

2.1- Universo pesquisado:

Esta pesquisa foi realizada em uma creche da rede municipal da cidade de Recife-PE, que está situada no bairro do Alto José do Pinho, e atende em horário integral, oitenta crianças na faixa etária de 1 a 3 anos. Esta instituição de ensino possui quatro salas de aula, parquinho, refeitório, cozinha, sala de direção, lavanderia, almoxarifado, banheiros infantis e adultos.

A unidade de ensino possui 42 funcionários, sendo: a gestora, um agente administrativo, quatro professoras, oito auxiliares de desenvolvimento infantil, dezesseis estagiárias, três cozinheiras, quatro porteiros e cinco auxiliares de serviços gerais. A escolha deste local se deu a partir do contato sistemático da pesquisadora com os profissionais que lá trabalham, percebendo-se que boas práticas pedagógicas eram realizadas pelos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil, fomentando o interesse em pesquisar sua prática pedagógica. Além disto, a gestão

e os funcionários mostraram-se abertos à realização da pesquisa e interessados em participar.

2.2- Instrumentos e meios de coleta de dados:

A coleta de dados não é um processo acumulativo e linear cuja frequência, controlada e mensurada, autoriza o pesquisador, exterior à realidade estudada e dela distanciado, a estabelecer leis e prever fatos. Os dados serão colhidos em um processo de idas e voltas, durante a realização da pesquisa e na interação com seus sujeitos (CHIZZOTTI, 1998).

A coleta de dados ocorreu mediante observação participante⁴, realizada a partir do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para adquirir informações sobre a realidade dos atores sociais no contexto em que estão inseridos. O observador torna-se parte integrante do contexto de observação, estabelecendo uma relação face a face com os observados. Esta técnica é importante, pois possibilita a captação de variadas situações ou fenômenos que, observados diretamente na sua realidade, transmitem as sutilezas da vida real (MINAYO, 2001). Como também, recolher as ações dos atores em seu contexto natural, permitindo que se chegue mais próximo da perspectiva dos sujeitos pesquisados (CHIZZOTTI, 1998).

2.3 - Sujeito da pesquisa:

O sujeito desta pesquisa é uma Auxiliar de Desenvolvimento Infantil que trabalha com crianças de três anos. Possui formação em Pedagogia, e é a única ADI da instituição que possui formação correlata às atribuições da função. Ela autorizou a pesquisa e assinou o Termo de Consentimento Livre Esclarecido⁵ (TCLE).

Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, no ano de 2017 e pós-graduada em Psicopedagogia institucional e clínica pela faculdade Alpha em 2019, a Auxiliar de Desenvolvimento Infantil possui 32 (trinta e dois) anos (pesquisa realizada em 2020).

⁴ Ver Apêndice A (roteiro de observação).

⁵ Ver modelo do TCLE anexo.

Ela é servidora efetiva da Prefeitura do Recife, possui 9 (nove) anos de atuação no cargo, sendo 6 (seis) destes, na unidade educacional em que trabalha atualmente. Sua escolha por estudar Pedagogia deu-se a partir das experiências vivenciadas no cargo de ADI.

2.4- Metodologia de análise:

A análise está presente nas diversas fases da pesquisa, tornando-se mais sistemática e mais formal após a realização da coleta de dados. Foram analisadas as informações coletadas e registradas em diários de campo. Todo o material coletado foi organizado e lido, visando identificar os pontos relevantes ao estudo e estabelecer relações. Os dados foram analisados a partir da perspectiva dos principais teóricos do assunto pesquisado, buscando compreender os aspectos pedagógicos da prática profissional da Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ANDRÉ, 2013).

A técnica de análise empregada foi a análise de conteúdo (BARDIN, 2011), que leva em consideração a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado. A análise foi realizada em etapas: A primeira fase, a leitura flutuante, seguida da organização do material a ser analisado, definindo categorias, unidade de contexto e de registro, trechos importantes; Na segunda fase será a aplicação do que foi definido anteriormente; Na última fase, tentar-se-á descobrir o conteúdo implícito do que foi evidenciado (MINAYO, 2001).

CAPÍTULO III: DIALOGANDO SOBRE OS RESULTADOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA ADI

Durante a realização da pesquisa, através da observação participante, foram elaborados 10 (dez) diários de campo, referentes a cada manhã no lócus de pesquisa, para registro dos dados observados. Posteriormente, os diários de campo foram transformados em relatórios, organizando todos os dados que foram coletados.

A primeira etapa para sistematização da análise dos dados, conforme a análise de conteúdo (BARDIN, 2011), foi a leitura flutuante. Todos os dados registrados foram lidos, selecionando os que eram pertinentes à pesquisa. A partir da leitura e seleção do material, retomando o objetivo geral - compreender os aspectos pedagógicos do trabalho do Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI) em uma instituição municipal de Recife – PE. E, especificamente, construir o perfil da ADI na creche estudada; identificar a rotina vivida por essa profissional na relação com as crianças e a professora regente da sala. Foram apreendidas três categorias para a análise: rotina vivenciada na creche, a ação do cuidar/educar na rotina da ADI e relação ADI-professora.

3.1 - Rotina vivenciada na creche

De acordo com Barbosa (2006, p. 35) “a rotina é uma categoria pedagógica que os responsáveis pela educação infantil estruturam para, a partir dela, desenvolver o trabalho cotidiano nas instituições de educação infantil”.

A rotina vivenciada nas creches possui especificidades quando comparada à rotina das escolas. As aulas iniciam as 07h00min com as crianças sendo recebidas em sala de aula pela ADI, com o auxílio de uma estagiária. A professora da turma chega as 07h30min e inicia uma roda de conversa com as crianças presentes, enquanto as demais chegam.

Por volta das 7h50min as crianças são levadas ao refeitório para o café da manhã. Após o café, a turma volta para a sala de aula e é iniciado o momento de “bom dia”, concomitante com a higiene bucal. O bom dia compreende a roda de música, na qual professora e ADI cantam músicas infantis com os alunos. Com o término do bom dia, a docente inicia atividades direcionadas: com os nomes das

crianças, leitura de livros, contação de histórias, movimento e motricidade, entre outras.

As 09h20min é o horário do lanche, as crianças lavam as mãos e a turma é direcionada ao refeitório para lanche. Em seguida, as crianças vão brincar no parque. As 10h25min as profissionais organizam as crianças para voltarem à sala de aula, e é iniciado o banho. Enquanto o banho acontece, as crianças brincam com brinquedos.

Após o banho, a docente e a ADI fazem roda de conversa, roda de música, leitura ou contação de histórias, enquanto aguardam o horário do almoço, que inicia às 11h15min. As crianças que vão terminando de almoçar são levadas para a sala, fazem a higiene bucal com auxílio da estagiária e são colocadas para dormir. A professora não participa do momento de dormir, pois seu expediente encerra as 11h40min.

Observou-se que a rotina vivenciada na creche é um pouco repetitiva em relação à diversidade das atividades orientadas, realizando rodas de música e leitura de histórias mais de uma vez na mesma manhã.

Realizamos algumas observações em torno da rotina da instituição, contudo sem aprofundamento, uma vez que não faz parte do escopo dessa pesquisa analisar os tipos de atividades desenvolvidas pela professora, como também a relação criança/criança e criança/professor durante as atividades orientadas e livres.

3.2 – A ação do cuidar e educar na rotina da ADI

A Auxiliar de Desenvolvimento Infantil chega à creche por volta das 06h50min, organiza a sala para a chegada das crianças e as recebe com o auxílio da estagiária. As profissionais sempre recepcionavam as crianças com “bom dia” e a ADI costumava abraça-las. Ambas recebiam as crianças com muito carinho e simpatia, chamando para realizar a troca de roupa. Na maioria dos dias não havia episódios de choro, as crianças entravam na sala, sem nenhum problema.

Certa manhã, uma criança chegou chorando bastante nos braços da mãe. Ela ficou aguardando a ADI terminar de trocar a roupa de outra criança, para que a profissional pudesse acolher o menino. A ADI o acolheu nos braços, e conversou para que ficasse mais calmo. Ele parou de chorar rapidamente (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Momentos como este, em que os pais esperavam para que a ADI pudesse acolher as crianças, ou que eles esperavam para falar algo ou fazer alguma recomendação foram frequentes, parecendo que a relação da Adi com os pais era de respeito, e que existe confiança em seu trabalho.

No penúltimo dia de observação, uma mãe falou com a ADI, e relatou que estava fazendo o desfralde da filha. A mãe afirmou que tinha fraldas dentro da bolsa, e que a menina estava de fralda, mas que se fosse possível, ela deixasse a criança sem fralda em algum momento, pois ela já sabia pedir. A ADI afirmou que só iria colocar a fralda na hora de dormir, e que avisaria aos profissionais da tarde para que também deixassem a criança sem fralda. Quando a Adi foi trocar a menina, ela retirou a fralda e conversou com a criança, explicando que quando quisesse fazer “xixi” ou “cocô” era só chamar a tia. A Adi foi com a criança até o banheiro, mostrou o vaso sanitário e questionou se ela queria usar, a criança disse que não (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Conforme a lei nº 17.161/2005 que trata das atribuições do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil é dever deste profissional “Responsabilizar-se pela recepção e entrega das crianças junto às famílias, mantendo um diálogo constante entre família e creche” (RECIFE, 2005). O que se percebeu foi que as crianças eram bem recebidas, com muito carinho, cuidado, afeto, e que havia, de fato, um canal aberto de diálogo entre a ADI e os pais, estabelecendo uma relação de confiança.

Quando as crianças vão para o refeitório tomar o café da manhã, a ADI sempre está presente.

Certo dia, uma menina não quis comer e a ela questionou por que. A criança afirmou que comeu cuscuz em casa, e a profissional disse que “está tudo bem então, né! A barriguinha já está cheia?”. Em outro dia, uma criança recusou cuscuz com leite e a ADI questionou se ela queria só o “leitinho”. A criança afirmou que sim, então a profissional foi até a cozinha, voltou com um copo com leite e entregou à criança, que tomou tudo (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Nota-se que a ADI traz em sua prática, a concepção de criança enquanto sujeito histórico, social e cultural, respeitando suas individualidades, com toques significativos de amorosidade, de compromisso social, de responsabilidade do sujeito-educador com outro sujeito-criança traduzindo-se na escuta da criança com a intenção do seu bem-estar (CARVALHO, 2019). Ela realiza seu trabalho com muita

amorosidade, respeito às individualidades das crianças e demonstra uma escuta bastante ativa, objetivando, de fato, o bem-estar delas.

Após o café da manhã, o momento de escovação era realizado pela ADI ou pela estagiária. Em seguida, a ADI juntava-se à professora na roda de músicas, do “bom dia” e a auxiliava nas atividades. Quando a ADI realizava a escovação, ela conversava com as crianças sobre a importância de escovar os dentes, demonstrando e ensinando como escovar corretamente, buscando desenvolver a autonomia delas. Houve um dia em que a estagiária iniciou a escovação, e entregou a escova com creme dental para a criança escovar, mas não falou nada, nem interagiu. A Adi percebeu e falou:

- Olha, eu sei que a gente já ensinou eles a escovarem os dentes, mas é importante que a gente fique de olho na escovação e fale pra escovar os dentes juntinhos, com a boca aberta e não esquece a língua... Demonstrando, para que eles possam aprender de verdade, fazer uma boa escovação, e levar isso pra vida.
A estagiária balançou a cabeça afirmativamente, e fez o que a Adi havia dito (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Nestas ações da ADI, pode-se perceber que para ela o momento da escovação não é apenas um ato de higiene, mas um ato educativo, repleto de intencionalidade, objetivando o desenvolvimento da autonomia das crianças, para que elas possam fazer a escovação sozinhas e que saibam a importância de ter bons hábitos de higiene.

Neste sentido, como “nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo” (BRASIL, 2017, p. 36), e se uma prática pedagógica, em seu sentido de práxis, caracteriza-se como uma ação consciente e participativa, que surge das múltiplas dimensões que envolvem o ato educativo (FRANCO, 2016), a prática profissional da ADI, repleta de intencionalidade em suas ações de cuidado, se caracteriza enquanto prática pedagógica. Além disto, ela ainda orientava a estagiária, numa perspectiva de formação, para que a mesma pudesse compreender e realizar as atividades de cuidado também como um ato educativo.

Após as atividades orientadas pela professora, vinha a hora do lanche e, em seguida, o momento de brincar no parque. As crianças costumavam brincar

livremente e as profissionais supervisionavam. Quando precisavam ir ao banheiro ou queriam tomar água, a maioria das crianças se reportavam a ADI para atender suas necessidades. Às vezes, ela mesma atendia, em outras vezes, ela pedia a estagiária. As profissionais também brincavam com as crianças utilizando os baldinhos, como no excerto abaixo:

Certa vez, as crianças começaram a fazer bolinhos de areia e cantar parabéns, pedindo para que a ADI “assopre a vela”. A ADI entrou na brincadeira e repartiu o bolo para todos. Uma brincadeira que acontecia com frequência era de “cozinhar”, as crianças pegavam panelinhas ou baldinhos, “faziam” comidinhas e ofereciam para a auxiliar, que questionava qual era a comida, se estava gostosa, entrando no mundo imaginário que as crianças criavam (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

A brincadeira, ação que a criança realiza para aprender sobre o mundo (KISHIMOTO, 2008), é extremamente importante para o desenvolvimento infantil. Percebeu-se que a ADI costumava brincar com as crianças recitando parlendas e fazendo brincadeiras de faz-de-conta. Para Kishimoto (2008), as parlendas são brincadeiras tradicionais infantis que fazem parte da cultura popular, ligadas ao folclore, e se expressam principalmente pela oralidade, e as brincadeiras de faz-de-conta evidenciam a situação imaginária e ajudam a desenvolver a função simbólica.

Encerrado o horário das brincadeiras no parque, ADI e estagiária iniciavam o banho. Elas costumavam revezar: cada dia uma dava o banho, enquanto a outra enxugava e auxiliava as crianças a se vestirem. De acordo com ambas, o revezamento acontecia porque a posição para dar banho nas crianças era um pouco desconfortável, e causava dor nas costas, então elas revezavam para ninguém fazer diariamente a tarefa menos confortável. Quando a ADI conduzia o banho, costumava demorar mais, pois ela fazia interações com as crianças.

Ela colocava um pouco de sabonete nas mãos dos pequenos e pedia que eles lavassem determinadas partes do corpo: - lava o pescoço, lava o cabelo, lava o ‘suvaco’, lava os pés, enquanto ela também lavava o corpo da criança. A estagiária comentou sobre o banho sob a responsabilidade da ADI: - ela faz as coisas sempre explicando como é importante e ensinando para que as crianças aprendam e façam também (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Nesse sentido,

o banho é mobilizador como incentivo de cuidado consigo mesmo, cuidado com seu corpo, cuidado do adulto para com a criança, para a autonomia da criança, não apenas para sua necessidade, mas sim para integrá-lo ao seu cotidiano (CARVALHO, 2019, p. 282).

Desta forma, a ADI demonstra em sua rotina de trabalho uma concepção de educação infantil em que cuidar e educar estão interligados, as atividades de cuidados eram desempenhadas com as intencionalidades inerentes ao ato educativo.

Com o término do banho, a ADI auxiliava a professora nas rodas de conversa, de música ou leitura de histórias, enquanto aguardavam o horário do almoço.

No momento do almoço, como nas demais refeições observadas, a ADI sempre estava presente, auxiliando as crianças, atenta às vontades delas, pare que se alimentassem bem. As crianças demonstravam muita autonomia, e todas sabiam se alimentar sozinhas. Mas, às vezes, elas pediam ajuda das profissionais, que prontamente as ajudavam. Era comum ver a ADI conversando com as crianças, quando alguém não queria comer ela questionava e tentava fazer com a criança pudesse comer o que gostasse.

Na sétima manhã observada, uma das merendeiras abriu a porta e falou para a ADI que o almoço era fígado, questionando se era para deixar o fígado separado, e ela respondeu que sim. Quando o almoço foi servido e a turma foi para o refeitório, os pratos das crianças só tinham feijão, arroz e tomate. A ADI pegou na cozinha um prato que só tinha fígado e foi perguntando quem queria. Cerca da metade da turma não quis o fígado, mas comeram o feijão e o arroz. A ADI foi questionada sobre o porquê de não colocar o fígado junto com a comida, e ela afirmou que boa parte da turma não gostava de fígado e deixava de almoçar por isso, pois mesmo tirando os pedaços do prato, o molho ainda ficava. As crianças ficavam sem comer e era um desperdício de comida. Então ela pediu na cozinha para fazer o teste de oferecer o fígado para quem queria, e deu certo, pois quem não gostava desta carne comia pelo menos feijão e arroz. E realmente, todos comeram bem (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Mais uma vez, a ADI demonstrou respeito às individualidades das crianças, e o cuidado que tinha com elas. Suas atitudes evidenciavam que para ela, o momento de alimentação na creche era diferente do ambiente doméstico, não se tratando apenas do ato de se alimentar isoladamente, mas de uma construção coletiva,

tornando-se um momento de socialização e desenvolvimento da autonomia, muito mais do que uma necessidade fisiológica (CARVALHO, 2019).

Após o almoço, ADI e estagiária colocavam as crianças para dormir. Mais uma vez, elas demonstravam muito carinho, ninando as que tinham mais dificuldade para adormecer. As crianças não costumavam apresentar resistência para dormir, mas houve um dia em que um menino começou a chorar, dizendo que não queria dormir.

A ADI foi até ele e conversou, pedindo pra ele ficar sentadinho, já que não queria dormir, enquanto ela e a estagiária colocavam os colegas para dormir. Ele ficou mais calmo e parou de chorar, permanecendo sentado no colchão. Quando a maioria das crianças estava dormindo, a ADI foi para perto dele e perguntou se ele queria deitar juntinho dela, a criança disse que sim e deitou ao lado da educadora, que o abraçou e ninou até que ele dormisse (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

A ADI ficava em sala, acompanhando o descanso das crianças até as 13 horas, momento em que seu expediente encerrava e que a ADI do turno vespertino chegava à creche.

A prática pedagógica da ADI proporciona a realização das atividades de cuidado de modo integrado ao ato educativo, demonstrando intencionalidades e fomentando situações de aprendizagens para as crianças na maioria das ações que ela desenvolve, seja na hora da alimentação, do banho, ou no auxílio à professora nas atividades dirigidas.

Foi percebido que a concepção da relação de interdependência do cuidar e educar posta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (2009) reverbera na atuação do sujeito pesquisado e acreditamos que esse tipo de ação contribui para a constituição das aprendizagens culturais e sociais das crianças.

3.3- Relação ADI – professora

ADI e professora da turma demonstravam ter um grande entrosamento na realização das atividades da rotina da creche. A auxiliar participava ativamente das atividades sistemáticas realizadas pela professora, além de auxiliar, ela também

fazia interferências, contação, leitura de histórias e a professora participava das ações de cuidados com as crianças. Uma atividade de cuidado sempre realizada pela docente era pentear os cabelos das crianças após o banho. Ela demonstrava muito carinho, e fazia penteados variados, de acordo com a escolha de seus estudantes. As profissionais demonstravam ter suas atribuições muito bem definidas, cada uma fazia sua parte sem esperar pela outra, resultando em sincronia.

Na sétima manhã observada, enquanto a escovação acontecia paralelamente, professora e Adi sentaram no chão com as crianças, formando uma roda. A professora pediu que a Adi cantasse as músicas com as crianças, pois ela estava com a garganta incomodando um pouco. A Adi fez o bom dia com as crianças, cantando as músicas que elas escolhiam. Neste momento, pode-se perceber que a relação entre a docente e a auxiliar era de parceria, e que, de fato elas tinham um bom entrosamento (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

A Política de ensino do Recife ratifica que a boa parceria entre o professor e o auxiliar de educação infantil contribui para efetivação da aprendizagem, “o reconhecimento mútuo de ambos os profissionais como parceiros da ação educativa contribui para maior efetividade dos processos de ensino e de aprendizagem” (RECIFE, 2015, p. 32). Elas demonstravam, em suas práticas pedagógicas e na relação de parceria, este reconhecimento mútuo da importância que cada uma tinha no processo educativo.

Conversando com a ADI sobre a realização do planejamento, ela afirmou que “eu não participo diretamente do planejamento, quem faz o planejamento geral é a professora, mas nós conversamos aqui na sala e também por whatsapp sobre as atividades que podemos fazer, com base no planejamento que ela fez” (DIÁRIO DE CAMPO, 2020). Demonstrando, mais uma vez, que elas de fato tinham um bom relacionamento, e que cada uma tinha suas atribuições bem definidas, estabelecendo uma relação de parceria e complementaridade.

A professora regente fazia o planejamento, e a ADI a auxiliava na escolha das atividades pedagógicas que seriam realizadas, em consonância com as atribuições do cargo, estabelecidas pela lei 17.161/2005, dentre as quais está: “Atuar junto às crianças nas diversas fases de Educação Infantil, auxiliando o professor no processo ensino-aprendizagem” (RECIFE, 2005).

Durante as observações, não foi identificada nenhuma hierarquização quanto às atividades realizadas no trabalho desenvolvido pela professora e pela ADI. As atividades de cuidado eram integradas às atividades educativas.

Neste sentido, sabemos que “a discussão sobre a necessidade de integrar cuidado e educação na Educação Infantil tem sido feita exaustivamente, tanto na literatura da área quanto em fóruns nacionais de debates sobre educação” (AZEVEDO, 2007, p. 161), ratificando a importância da integração do cuidar e educar nas instituições que atendem esta etapa da educação básica.

De acordo com a Política de ensino da rede municipal do Recife,

é necessária a compreensão de professores(as) e auxiliares de que o atendimento pedagógico e aquele relativo aos cuidados físicos não podem estar separados, tendo em vista que isso caracterizaria a fragmentação do trabalho. O diálogo entre profissionais é importante. É de competência do(a) auxiliar atuar nas fases da Educação Infantil, dando suporte ao(à) professor(a) nas diversas etapas dos processos de ensino e de aprendizagem (RECIFE, 2015, p.31).

E era justamente esta compreensão que ambas profissionais demonstravam em suas ações.

Percebeu-se que tanto a docente, quanto a auxiliar demonstravam compreender a indissociabilidade entre cuidar e educar na educação infantil. Suas ações denotavam que ambas tinham o entendimento de que o cuidado integra diversos campos de conhecimentos, demandando, de todos os profissionais envolvidos, atitudes que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças (CARVALHO, 2019, p. 277).

A relação de complementaridade do trabalho realizado pela professora e a auxiliar assegurava que os princípios de interação, cuidados e brincadeiras acontecessem na rotina vivenciada na turma observada. Além disto, a relação estabelecida entre educação e cuidado na prática pedagógica de ambas, garantia que o educar e cuidar se apresentasse de forma indissociada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa buscou-se identificar a prática pedagógica de uma auxiliar de desenvolvimento infantil, objetivando compreender os aspectos pedagógicos do seu trabalho. Percebeu-se que uma instituição de educação infantil que atende as crianças na fase da primeiríssima infância possui uma rotina diferenciada, que concilia as brincadeiras, o cuidado e as atividades direcionadas, e que o aspecto pedagógico do trabalho do ADI está relacionado à indissociabilidade entre cuidar e educar na educação infantil, demandando que as atividades de cuidado estejam sempre relacionadas com o ato educativo.

Com relação à rotina de trabalho da ADI, observou-se que ela realiza as atividades de recepção das crianças com a troca de roupa, higiene e cuidados com o corpo, alimentação, brincadeiras, auxílio à professora nas atividades dirigidas, leitura e contação de histórias, entre outras, acompanhando as crianças durante a rotina da creche até as 13h, quando seu expediente encerra e a ADI do turno vespertino chega. Vale ressaltar que no período da tarde não há professores regentes nas creches municipais da cidade do Recife. Desta forma, no período da tarde a rotina é orientada pela coordenação pedagógica e realizada pelos ADIs, com o auxílio dos estagiários, sendo diferente da que acontece pela manhã.

A prática profissional da ADI pesquisada revelou-se com uma prática na qual as atividades de educação e cuidado estão integradas. Suas ações demonstravam intencionalidade, principalmente as ações de cuidado, que ficavam sob sua responsabilidade, configurando-se de fato como uma prática pedagógica, em consonância com as definições de Souza (2012), Franco (2016) e Lira, Silva e Santiago (2015). Em sua prática pedagógica, ela conseguia integrar as ações educativas às de cuidado com naturalidade e segurança, evidenciando que o trabalho que realizava tinha objetivos definidos em prol do desenvolvimento das crianças. As atividades de higiene e alimentação não eram apenas fisiológicas, eram educativas, ricas em interação e aprendizagens.

A ADI confirmava os aspectos pedagógicos da sua prática profissional quando auxiliava a professora na escolha e na realização das atividades orientadas, quando realizava a escovação conversando com as crianças sobre a importância de escovar os dentes, demonstrando e ensinando como escovar corretamente, ao orientar a estagiária, numa perspectiva de formação, para que a mesma pudesse

compreender e realizar as atividades de cuidado também como um ato educativo, ao conduzir o banho explicando a importância dos cuidados com o corpo e ensinando como banhar-se adequadamente, quando percebia as preferências alimentares das crianças e buscava o bem-estar delas, dentre outras atitudes.

A auxiliar de desenvolvimento infantil observada demonstrou uma concepção de criança como sujeito sócio-histórico e de direitos, desenvolvendo uma prática pedagógica repleta de afetividade e com escuta atenta às crianças. Seu trabalho estava de acordo com a Política de Ensino da Rede Municipal de Recife (2015), reconhecendo que “a importância da interação com o meio, a relação com as emoções, os sentimentos, a afetividade e o contexto social são elementos fundamentais tanto para o desenvolvimento quanto para a aprendizagem infantil” (RECIFE, 2015, p.26 e 27).

Quanto à relação ADI – professora identificou-se que ambas trabalhavam de maneira integrada, sem dissociação entre educar e cuidar e nem hierarquização das atividades. Docente e auxiliar tinham suas atribuições bem definidas, realizando o trabalho em conjunto, com bastante entrosamento, fazendo, juntas, um trabalho para o desenvolvimento da turma. Elas demonstravam saber que as ações que desenvolviam eram diferentes, mas complementares.

Durante a realização da pesquisa bibliográfica / referencial teórico, constatou-se que não há exigência de formação pedagógica específica para o exercício da função de ADI. E na pesquisa de campo, percebeu-se que a formação adequada fomenta uma prática de trabalho na qual cuidar e educar são indissociáveis, tendo a perspectiva de que as ações de cuidado que são desenvolvidas nas creches devem e podem ser pedagógicas, desde que se tenha intencionalidade. Desta forma, concordamos com Elizângela Santiago, e

entendemos que o atendimento a ser garantido na primeira etapa da educação básica não é instrucional, mas educativo e o não conhecimento sobre educação infantil favorece práticas descontextualizadas de seus profissionais. Além de preocupar-se com a alimentação, cuidar da higiene e segurança física das crianças é necessário reconhecer a criança como um sujeito de direito (SANTIAGO, 2020, p. 62).

Portanto, a exigência de formação adequada como requisito para atuar no cargo de auxiliar de desenvolvimento infantil, um projeto efetivo de formação

continuada e a valorização do seu trabalho, tornam-se demandas importantes para a garantia de uma educação infantil de qualidade nas creches do Recife.

Após a realização desta pesquisa, e diante da perspectiva de que toda construção científica é sempre inacabada, sugere-se o estudo da prática pedagógica de ADIs com diferentes critérios: formação inicial, formação em serviço e tempo de experiência, para ampliarmos a ação da pesquisas com esses profissionais buscando ressaltar a valorização de todos que atuam nessa etapa da educação básica.

REFERÊNCIAS.

ANDRÉ, Marli E. D. A. O que é um estudo de caso qualitativo em educação. **Revistas Uneb**, v.22, n. 40, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/753>. Acesso em 15 de junho de 2019.

AZEVEDO, Heloisa Helena O. de. **Educação Infantil e formação de professores: para além da separação cuidar-educar**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

_____. Implicações teórico-práticas do binômio cuidar-educar na formação de professores de educação infantil. **Olhar de Professor**, v. 10, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1493>. Acesso em 29 de novembro de 2018.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: 70. ed., 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_04.06.1998/art_208_.asp >. Acesso em 05 de setembro de 2020.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12579:educacao-infantil>>. Acesso em 09 de março de 2021.

_____. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Institui as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 15 de maio de 2019.

_____. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm>. Acesso em 30 de agosto de 2019.

_____. Ministério da Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Práticas cotidianas na educação infantil – bases para reflexão sobre as orientações curriculares**. Secretaria de Educação Básica, Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_sebpraticas_cotidianas.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

CAMPÊLO, Ana Cristina Teixeira. **O papel do Auxiliar de Desenvolvimento Infantil da secretaria de educação do recife: das normativas do cargo a prática profissional**. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Mestrado em Administração e Gestão Educacional, Universidade Aberta, Lisboa, 2016. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/5484>. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.

CARVALHO, Maria Jaqueline Paes. **Currículo e prática pedagógica na educação infantil**. 2019. 328 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

FRANCO, Maria Amélia do R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbeped/v97n247/2176-6681-rbeped-97-247-00534.pdf/>> Acesso em 06 de setembro de 2020.

KISHIMOTO, T. M. Jogo, **Brinquedo, Brincadeira e a educação**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIRA, Karla C. Gomes; SILVA, Marta Santana; SANTIAGO, Eliete. **A prática pedagógica docente na EJA**. 2015. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/documents/39399/2405255/LIRA%3B+SILVA%3B+SANTIAGO+-+2015.2.pdf/f2b188c4-92c8-47ab-bff5-713f7010d37c>>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986).

LUZ, Iza Rodrigues. Contribuições da sociologia da infância à educação infantil. **Revista Paidéia**, v. 5, n. 4, p.11-40, 2008. Disponível em: < <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/919> >. Acesso em 29 de abril de 2019.

MINAYO, M. ^a Cecília de S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo2001.pdf >. Acesso em 07 de setembro de 2020.

MONTENEGRO, Thereza. Educação Infantil: a dimensão moral da função de cuidar. **Psicologia da educação**, n. 20, p. 77-101, 2005. Disponível em:< http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14146975200500010005>. Acesso em 29 de novembro de 2018.

RECIFE. Diretoria geral de ensino/Secretaria de Educação. Prefeitura do Recife. **Educação Infantil: Ponte de Cidadania**. Recife: 2004. Disponível em: <http://ww3.upenet.com.br/concluido/2007/pref_recife07professores/livros/miolopdf.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2019.

_____. **Lei nº 17.161/2005, de 28 de dezembro de 2005.** Cria cargos efetivos no âmbito da administração direta para atuação na rede de ensino público do município do Recife. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2005/1717/17161/lei-ordinaria-n-17161-2005-cria-cargos-efetivosnoambito-da-administracao-direta-para-atuacao-na-rede-de-ensino-publico-do-municipio-do-recife> >. Acesso em: 06 de dezembro de 2018.

_____. **Lei nº 17.203/2006, de 05 de maio de 2006.** Altera a lei nº 17.161, de 28 de dezembro de 2005, para modificar os requisitos do cargo de auxiliar de desenvolvimento infantil. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2006/1720/17203/lei-ordinaria-n-17203-2006-altera-a-lei-n-17161-de-28-de-dezembro-de-2005-para-modificar-os-requisitos-do-cargo-de-auxiliar-dedesenvolvimento-infantil> >. Acesso em 06 de dezembro de 2018.

_____. **Política de ensino da educação infantil da rede municipal do Recife.** Recife: Secretaria de Educação, 2015. Disponível em: http://www.portaldaeduacao.recife.pe.gov.br/sites/default/files/arquivos_informativos_home/EducacaoInfantil.pdf >. Acesso em 08 de janeiro de 2021.

SANTIAGO, Elizangela Dias. **Educação infantil: Representações sociais e práticas de Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADIs) da rede municipal do Recife.** 2020. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SOUZA, João Francisco de. **Prática Pedagógica e Formação de Professores.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

TIRIBA, Lea. Educar e cuidar ou, simplesmente, educar? Buscando a teoria para compreender discursos e práticas. **28ª Reunião Anual da Anped, 2005.** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt07939int.pdf> >. Acesso em 13 de outubro de 2018.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática.** Campinas, SP: Papirus, 1989.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de observação

- Como é a rotina da turma? Quais atividades são realizadas no período observado?
- Quais as atividades desenvolvidas pela ADI na rotina diária?
- Como a ADI realiza estas atividades?
- Como é a relação entre a ADI e as crianças?
- Como são realizadas as atividades de cuidado, e quais os profissionais que fazem tais atividades?
- No momento em que a docente realiza atividades com as crianças, a ADI faz a atividade em conjunto com ela ou dá auxílio?
- Como é a relação entre a professora e a ADI da turma observada?
- Existe uma separação aparente entre as atividades “pedagógicas” e de “cuidado”?

ANEXOS

ANEXO A – Termo de consentimento livre esclarecido



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Cumprimento Sr./Sr. ^a ao tempo em que solicito a sua participação na pesquisa intitulada A relação do cuidar e educar na prática pedagógica da auxiliar de desenvolvimento infantil na rede municipal de Recife-PE, integrante do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. A referida pesquisa tem como objetivo principal compreender os aspectos pedagógicos do trabalho da ADI, e será realizada por Maria Elaine de Barros, estudante do referido curso.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de observação, com utilização de recurso de diários de campo a serem transcritos na íntegra quando da análise dos dados coletados. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, contudo, será mantido o anonimato dos respondentes participantes da pesquisa. Dessa forma, a participação na pesquisa não incide em riscos de qualquer espécie para os respondentes. A sua aceitação na participação dessa pesquisa contribuirá para o/a licenciando escrever sobre o tema que estuda, a partir da produção do conhecimento científico.

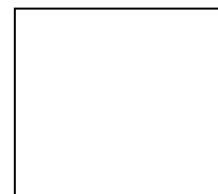
Consentimento pós-informação

Eu, _____, estou ciente das condições da pesquisa, acima referida, da qual livremente participarei, sabendo ainda que não serei remunerado/a por minhas contribuições e que posso afastar-me quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo/a pesquisador/a, ficando uma via para cada um/a.

Recife, PE, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do/a participante

Assinatura do/a pesquisador/a



Impressão do dedo polegar
caso o/a participante não saiba
assinar.